

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 20/2012**

Período: 16/06/2012 – 22/06/2012

GEDES – Brasil

- 1- Documentos revelam dados sobre prisão e tortura de Dilma Rousseff e outros militantes durante regime militar
- 2- Comissão da Verdade investigará documentos do Conselho Estadual dos Direitos Humanos de Minas Gerais
- 3- General nega existência de tortura em Juiz de Fora durante regime militar
- 4- Inquérito policial militar do CSN confirma que a presidente Dilma não atuava em operações armadas do Colina
- 5- Presidente da Comissão de Anistia defende revisão da Lei de Anistia
- 6- Arquivo Nacional deve liberar documentos do regime militar sem tarjas pretas
- 7- Jornal tem dificuldade para acessar arquivos a partir da nova Lei de Acesso à Informação
- 8- Ministério da Justiça realiza revisão de anistias políticas concedidas à ex-cabos da FAB
- 9- Coluna opinativa destaca a necessidade de busca de documentos do regime militar
- 10- Jornal destaca tortura durante o regime militar
- 11- Família de Herzog manifesta indignação diante a postura do Brasil na OEA
- 12- Comissão da Verdade colhe testemunho do legista Harry Shibata
- 13- Ex-presidente Lula foi monitorado pelos serviços de inteligência do regime militar por 15 anos consecutivos
- 14- Forças Armadas participam de operações de segurança durante a realização da Rio+20
- 15- Gastos com a operação do Exército nos complexos de favelas do Rio de Janeiro devem chegar a R\$333 milhões
- 16- Reajuste salarial de militares será negociado pelo governo
- 17- Presidente francês se reúne com Rousseff e fala sobre cooperação em defesa
- 18- Um militar morre durante treinamento da Escola de Sargentos de Logística do Exército e outros dez ficam feridos

1- Documentos revelam dados sobre prisão e tortura de Dilma Rousseff e outros militantes durante regime militar

Segundo publicação do periódico *Correio Braziliense*, foram encontrados em uma sala do Conselho Estadual dos Direitos Humanos de Minas Gerais (Conedh-MG), na cidade de Belo Horizonte, documentos que relatam mais de 700 processos de presos políticos, incluindo os da atual presidenta da República, Dilma Rousseff. Os relatos são de outubro de 2001, quando Rousseff ainda era Secretária de Minas e Energia do estado do Rio Grande do Sul, e os depoimentos foram dados por Rousseff ao filósofo Robson Sávio Reis Souza, coordenador da Comissão Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura (Ceivt) do Conedh-MG, no período que o então ex-presidente da

República e governador de Minas Gerais, Itamar Franco, almejava indenizar os presos políticos mineiros. O filósofo declarou, em entrevista ao periódico *Folha de S. Paulo*, que Rousseff prestou depoimento de cerca de quarenta minutos à Comissão, chorou muito ao relatar as torturas e foi embora cabisbaixa. No relato ela afirma ter passado por sessões de choques, pau de arara, espancamento e outras agressões, ficando com sequelas como a arcada dentária deslocada e um dente que teria sido posteriormente arrancado. Segundo o *Correio*, a psicóloga e contemporânea de militância de Rousseff, Emely Salazar, confirmou o uso da palmatória no estado de Minas Gerais, onde foi torturada pelo tenente Marcelo Araújo Paixão. Outro ponto ressaltado no depoimento de Rousseff foi o fato de os interrogatórios não serem realizados por militares, os quais apenas acompanhavam. No mesmo depoimento, afirmou que o período passado no cárcere mineiro teria sido o mais duro da época da prisão, pois permaneceu em isolamento, possuindo contato somente com carcereiros e torturadores. De acordo com o *Correio*, estes são considerados relatos inéditos não somente pelas poucas pronunciações da presidenta sobre as torturas que sofrera, mas também porque não havia registro de que havia sido torturada no estado de Minas Gerais, ficando a situação circunscrita aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Quando foi encarcerada, Dilma tinha 22 anos e era militante política no setor estudantil do Comando de Libertação Nacional (Colina), que mais tarde fundou a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e a Vanguarda Armada Revolucionária–Palmares (VAR-Palmares), organizações de luta armada oponentes ao regime militar (1964-1985). Os documentos avaliados pelo *Correio* apontam que Rousseff foi transferida em janeiro de 1972 para a cidade de Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais e que, segundo os relatos, ela pensava que o motivo da transferência era um julgamento de processo, porém afirmou ter sido torturada. De acordo com o *Correio* no dia 20/06/12, a identidade do torturador de Rousseff ainda não foi determinada. Em depoimento para o Conedh-MG, em 2011, ela citou “doutor Medeiros” como possível designação de seu torturador, porém afirmou não ter certeza sobre a veracidade do nome, mencionando que o mesmo homem também utilizava o nome Lara, e que outra pessoa fazia o uso do nome Joaquim. Rousseff ainda salientou que existe a possibilidade de que seus torturadores fossem membros do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) de Minas Gerais. O jornal destacou que a assinatura que consta no inquérito policial militar (IPM) de Rousseff, concedido sob tortura, é de Octávio Aguiar de Medeiros, um comandante do exército que em 1970 foi comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), em Belo Horizonte, e responsável por acabar com o Colina. Medeiros morreu no ano de 2005, e chegou a assumir a chefia do Serviço Nacional de Inteligência (SNI). O *Correio* inferiu que outra possibilidade de identificar a identidade do torturador de Rousseff é a análise da Carta de Linhares, um documento que descreve a prática de tortura na Delegacia de Vigilância Social, onde funcionava o Dops, na Delegacia de Furtos e Roubos, no 12º Regimento de Infantaria, todos em Belo Horizonte, e na Polícia do Exército do Estado da Guanabara, hoje pertencente ao Rio de Janeiro. Suspeita-se que o redator da carta tenha sido o então dirigente do Colina em Belo Horizonte, Ângelo Pezzuti. Na carta, são descritos cinco nomes de torturadores, sendo um deles Lara Rezende. Ainda segundo o *Correio* do dia 18/06/12, a principal causa da série de torturas a Roussef na sua passagem

pelo cárcere mineiro foi ocasionada após a interceptação de bilhetes trocados com Pezzuti, que se encontrava preso na Colônia Magalhães Pinto, na região metropolitana de Belo Horizonte, planejando uma fuga que envolvia Rousseff. Estes bilhetes foram interceptados e os agentes da repressão passaram a torturá-la em busca de informações sobre a fuga e a infiltração de membros das organizações de esquerda nas forças policiais. O *Correio* ainda relatou que, apesar das agressões, Rousseff não revelou aos torturadores nenhum detalhe sobre as organizações das quais participou, nem sobre os planos nos quais esteve envolvida. Dilma foi condenada a um ano de prisão no IMP em Minas Gerais por pertencer a uma organização de luta armada. O livro “A vida quer é coragem”, que conta a trajetória de Rousseff, escrito pelo jornalista Ricardo Batista Amaral, revelou que em São Paulo, por ser líder de “esquemas revolucionários”, ela obteve a pena máxima de quatro anos, porém, em novembro de 1972, o Superior Tribunal Militar (STM) reavaliou os processos, fixando um total de dois anos e um mês de detenção. Diferentemente do que foi determinado, Rousseff foi solta após dois anos e dez meses. A presidenta foi a 12ª dos 53 militantes que receberam R\$30 mil por reparação de torturas impostas por agentes do Estado durante o regime, depositados em sua conta bancária em 2002. Segundo o promotor de Justiça da cidade de Juiz de Fora e ex-militante do Colina, Antônio Aurélio Silva, que foi relator do processo de indenização da presidenta por Minas Gerais, a inscrição de Rousseff para o recebimento de reparação financeira foi feita sob pressão de sua mãe e do grupo Tortura Nunca Mais. Silva afirmou que “no primeiro momento, Dilma foi contra, mas depois entendeu a importância histórica do ato e acabou colaborando no processo”. Em 2012, Rousseff recebeu do Conedh do estado do Rio de Janeiro a quantia de R\$20 mil, os quais anunciou que doará a organização não governamental Tortura Nunca Mais. Segundo o jornal, a presidenta decidiu manter postura reservada com relação aos documentos, e não deseja se pronunciar quanto a nenhum dos fatos relatados, nem quanto a sua prisão. A descoberta do depoimento de Rousseff em Minas Gerais causou grande repercussão e, segundo o deputado Paulo Teixeira, do Partido dos Trabalhadores (PT), este depoimento deve ser encaminhado à Comissão da Verdade, para “investigar a fundo o que ocorreu e a existência de outras vítimas”. O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Rio de Janeiro, Wadih Damous, ressaltou que o surgimento de novos depoimentos sobre a tortura da presidenta resalta a importância que possui a Comissão da Verdade e que “é muito difícil conter a indignação diante dos relatos da presidente Dilma” por apontarem “sofrimentos extraordinários que não encontram paralelo no cotidiano de nossas vidas”. De acordo com editorial do *Correio* do dia 19/06/12, “espanta” que apenas neste momento o caso da presidenta tenha “entrado para a história das torturas” do regime militar, visto que já se sabia das violências que Rousseff havia sofrido. As reportagens sobre esse caso “são evidência da falta que faz ao país a cultura da transparência”. De acordo com o *Correio* do dia 22/06/12, a deputada Federal Erika Kokay apresentou requerimento convidado as pessoas que colheram o depoimento de Rousseff no Conedh-MG para que compareçam como convidadas à Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça. (*Correio Braziliense* – 17/06/12; *Correio Braziliense* – 18/06/12; *Correio Braziliense* – Política – 19/06/12; *Correio Braziliense* – Opinião – 19/06/12; *Correio Braziliense* – 20/06/12; *Correio Braziliense* – 22/06/12; Folha de S. Paulo –

Poder – 18/06/12; Folha de S. Paulo – Poder – 22/06/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 18/06/12)

2- Comissão da Verdade investigará documentos do Conselho Estadual dos Direitos Humanos de Minas Gerais

De acordo com o jornal *Correio Braziliense* no dia 19/06/12, o Conselho Estadual dos Direitos Humanos de Minas Gerais (Conedh-MG) encaminhou à Comissão da Verdade documentos, até então desconhecidos, sobre torturas sofridas pela presidenta da República Dilma Rousseff durante o regime militar (1964-1985). Tais documentos foram publicados em uma série de reportagens dos jornais *Correio Braziliense* e *Estado de Minas*. Segundo o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e membro da Comissão da Verdade, Gilson Dipp, há a possibilidade de ainda existirem mais documentos semelhantes que permitirão o esclarecimento de outros acontecimentos do período. Dipp ressaltou ainda que “além da descoberta de outros locais de tortura, o fato novo são os relatos precisos sobre como agiam os agentes do regime militar”. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a historiadora e assessora da Comissão da Verdade, Heloísa Starling, foi nomeada para coordenar a análise dos documentos, e nos próximos dias dois pesquisadores visitarão o arquivo na cidade de Belo Horizonte. O ministro da Defesa, Celso Amorim, afirmou que o relato de Rousseff ao Conedh-MG, em 2001, serve para que cada um possa formar uma ideia sobre o período militar, dizendo ainda que “a Comissão da Verdade é para justamente restabelecer a verdade e permitir que as pessoas conheçam os fatos, sob todos os ângulos”. Em publicação do *Correio* do dia 20/06/12, o presidente do Conedh-MG, Emílio José Lacerda, afirmou que o encaminhamento do acervo com 700 processos de presos e torturados já foi realizado, porém o conselho ainda necessita de um apoio jurídico. Starling afirmou ter recebido orientações para iniciar o trabalho o quanto antes, mas acrescentou não ter recebido instruções claras sobre como realizá-lo, nem o prazo para tal. O *Correio* afirmou que a historiadora “poderá mobilizar pesquisadores para auxiliar o levantamento no acervo do Conedh.” (*Correio Braziliense* – Política – 19/06/12; *Correio Braziliense* – 20/06/12; *Folha de S. Paulo* – Poder – 19/06/12; *O Estado de S. Paulo* – Nacional – 19/06/12)

3- General nega existência de tortura em Juiz de Fora durante regime militar

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o responsável pela redação do manifesto “Alerta à Nação”, assinado por quase 300 militares da reserva, que contém críticas à Comissão da Verdade e ao ministro da Defesa, Celso Amorim, o general Marco Antônio Felício da Silva, negou a existência de qualquer tipo de tortura nas dependências da 4ª Região do Exército em Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais, durante o regime militar (1964-1985). Em oposição aos relatos de diversos presos políticos, entre eles o da presidenta da República, Dilma Rousseff, o general assegurou que todos que estiveram naquele local tiveram um bom tratamento e acrescentou que “esse povo mente muito.” Segundo Felício da Silva, que serviu em Juiz de Fora até meados de 1971 como oficial de informação, no local havia muitos presos políticos, mas não ocorreram torturas, e inclusive os presos “foram muito bem tratados”. Sobre Rousseff, o general declarou não se lembrar da militante, conhecida por

Estela, mas se lembra de seu companheiro de atuação, Ângelo Pezzuti. Nas palavras do general, “Ângelo Pezzuti esteve diretamente comigo e foi muitíssimo bem tratado lá (em Juiz de Fora). Jamais alguém fez qualquer coisa contra ele nem fisicamente nem psicologicamente (...) eu garanto”, alegando ainda que inclusive ajudou muitos dos presos. Para Felício da Silva, esses fatos voltaram a ser discutidos com a tentativa de “dar fôlego” à Comissão da Verdade, fomentando alegações de tortura infundadas. “Houve tortura do outro lado. Não estou dizendo que houve tortura do nosso lado, mas do outro lado eu sei que houve”, afirmou o militar. Em publicação no dia 20/06/12, o *Correio* destacou que o advogado Fahid Tahan Sab, integrante da Comissão da Verdade da Seção Mineira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MG), afirmou que os presos políticos sofreram tortura física ou psicológica, e que não se pode negar a existência da tortura em Juiz de Fora durante o regime militar, por este ter se tornado um “instrumento institucionalizado”. Carlos Augusto Cateb, também integrante da Comissão da Verdade da OAB-MG, e atuante na defesa de Ângelo Pezzuti, mencionou que “houve tortura em Juiz de Fora. Eu mesmo [Cateb] portei vários bilhetes que narravam as atrocidades cometidas”. O jornal evidenciou que um aspecto que refletia a tortura em Juiz de Fora eram as greves de fome que os presos faziam, e que, analisando o conteúdo do trabalho de conclusão de curso da historiadora Isabel Cristina Leite, “as torturas mais cruéis aconteciam fora da prisão”. (*Correio Braziliense – Política* - 19/06/12; *Correio Braziliense – 20/06/12*)

4- Inquérito policial militar do CSN confirma que a presidente Dilma não atuava em operações armadas do Colina

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, o inquérito policial militar (IPM) do Conselho de Segurança Nacional (CSN) de 1969, que se tornou público há poucos dias sob tutela do Arquivo Nacional, relata as operações de roubo a banco do Comando de Libertação Nacional (Colina) e a participação da atual presidenta da República, Dilma Rousseff, no grupo. O documento retrata Rousseff como agente de suporte intelectual da organização, na medida em que ela coordenava as ações de doutrina ideológica nas escolas e cedia sua casa para reuniões do grupo. O inquérito do CSN corrobora com as afirmações de Rousseff, que sempre negou participação nas ações efetivas do grupo armado. De acordo com o IPM, Rousseff praticou os seguintes delitos na época: “pertencer à “organização clandestina e revolucionária de cunho marxista-leninista”; fazer parte de célula política da organização na Faculdade de Medicina; integrar o setor estudantil da organização, “encarregada de coordenar as ações nas escolas”; realizar reuniões de “caráter subversivo em seu apartamento”; participar de congresso da organização em Contagem (MG); convidar dois integrantes (Ageu Henriger Lisboa e Marcos Antonio de Azevedo Meyer) para entrar na organização; receber contribuições mensais para a organização; e utilizar “sua residência” para realizar reuniões da organização”. O documento ainda traz detalhes da forma como os membros do Colina agiam em suas operações de roubo a banco. Segundo o *Correio*, a presidenta também teve sua atuação no Colina investigada pela Polícia Federal nos estados de Minas Gerais e Paraná. E mesmo depois de 10 anos de sua atuação no grupo, ela ainda foi monitorada pelos militares, juntamente com seu então

marido Carlos Franklin Paixão de Araújo. (Correio Braziliense - Política - 22/06/12)

5- Presidente da Comissão de Anistia defende revisão da Lei de Anistia

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, no dia 14/06/12, na abertura do Seminário Direito à Verdade, Informação, Memória e Cidadania, na Assembleia Legislativa de São Paulo, o advogado, secretário de Justiça e presidente da Comissão Nacional de Anistia, Paulo Abrão, afirmou que a Lei da Anistia (1979) deve ser revista por ter sido imposta ao país pelos militares e que a Comissão da Verdade deverá contribuir para a abertura de ações judiciais contra militares acusados de violações dos direitos humanos durante o período do regime militar (1964-1985). De acordo com Abrão a Comissão “poderá gerar novos efeitos no campo da reparação [...] potencializar os mecanismos de justiça”. O advogado contestou também a decisão do Supremo Tribunal Federal que reafirmou, em 2010, a validade da Lei da Anistia de acordo com a interpretação de que ela resultou de um pacto político e beneficiou os dois lados do regime. Sendo assim, Abrão avaliou que o Judiciário que não estaria participando do processo de “justiça de transição”, que consiste num conjunto de abordagens, mecanismos e estratégias que visam enfrentar o passado de violência em massa, exigindo o direito à memória e à verdade, atribuindo responsabilidades e fortalecendo as instituições democráticas para evitar que as atrocidades se repitam. Para o presidente da Comissão de Anistia, é preciso internalizar os tratados internacionais que consideram violações dos direitos humanos como crimes imprescritíveis e rejeitam a autoanistia. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 16/06/12)

6- Arquivo Nacional deve liberar documentos do regime militar sem tarjas pretas

Conforme noticiado pelo jornal *Correio Braziliense*, o Arquivo Nacional deveria disponibilizar a partir do dia 18/06/12 documentos provenientes de órgãos de segurança do regime militar (1964-1985) sem as tarjas pretas utilizadas para esconder nomes de pessoas investigadas e agentes responsáveis pelas informações contidas nos documentos. Entretanto, os funcionários do Arquivo pleiteiam uma reestruturação da carreira e previam uma paralisação no dia 18. (Correio Braziliense – 17/06/12)

7- Jornal tem dificuldade para acessar arquivos a partir da nova Lei de Acesso à Informação

O editorial do jornal *Folha de S. Paulo*, de 18/06/12, criticou a postura do Ministério da Defesa a respeito da negativa para a liberação de documentos cujo acesso ao público foi garantido pela nova Lei de Acesso à Informação. Dentre estes documentos estaria o registro das vendas de armamentos brasileiros entre 1990 e 2012, o que gerou questionamentos, inclusive por parte da *Folha*, que afirma ter preocupação com o destino e o uso que seria dado ao armamento brasileiro e também quanto a quais grupos o adquiririam, sob alegação do risco de recair sobre o Brasil a suspeita de contribuir com o narcotráfico ou abusos aos direitos humanos. O editorial ainda tratou das novas

classificações para documentos sigilosos, previstas na Lei de Acesso à Informação, já que os arquivos sobre as vendas das armas sofreram alteração pouco antes da lei entrar em vigor. De acordo com o jornal, “a lista sobre venda de armas, antes classificada como "confidencial", o que a tornava sigilosa por dez anos no mínimo, deveria passar por nova categorização. Em vez de tornar os dados "reservados" (5 anos) ou de liberá-los de vez, a pasta elevou seu grau de confidencialidade, contrariando o espírito da lei (...)”. A justificativa do ministro da Defesa, Celso Amorim, foi de que ocorreu um engano, uma vez que a intenção é que estes dados se tornem cada vez mais acessíveis, mantendo ou reduzindo os prazos, e não aumentando da maneira como ocorreu. A *Folha de S. Paulo* ainda publicou, no dia 19/06/12, reportagem que relatava que a área militar do governo federal recusou seis pedidos de liberação de documentos realizados pelo jornal, a partir da nova Lei de Acesso à Informação, alegando risco “à soberania nacional” e “à vida, à segurança ou à saúde da população”. Em um dos pedidos, o Exército alegou que os documentos sobre a Guerrilha do Araguaia foram destruídos. Outro pedido negado foi sobre Grupo Marupiara, força empregada pelo Exército na Amazônia para mobilização da população rural contra possíveis ameaças estrangeiras ou nacionais. Contudo, o Exército reconheceu que o grupo foi empregado nas regiões de Manaus, em 1999/2000, e Marajó, em 2001/2002, recusando-se, todavia, a fornecer mais informações. (Folha de S. Paulo – Poder – 18/06/12; Folha de S. Paulo – Poder – 19/06/12)

8- Ministério da Justiça realiza revisão de anistias políticas concedidas à ex-cabos da FAB

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Ministério da Justiça iniciou a anulação de várias anistias políticas, consideradas irregulares, concedidas a ex-cabos da Força Aérea Brasileira (FAB). De janeiro a abril de 2012 foram cancelados 133 benefícios, sendo que outros 2.456 processos irão a julgamento. Tais processos estão sendo revisados por um grupo de trabalho interministerial instituído em fevereiro de 2011, pela Portaria 134. Dos 136 casos já analisados, em apenas três houve o reconhecimento do direito à anistia por perseguição política. Os cabos da FAB buscaram se enquadrar na Lei da Anistia, “que prevê reparação pecuniária às vítimas do regime militar” (1964-1985), baseando-se na norma, editada em outubro de 1964, por tal regime. Segundo *O Estado*, a portaria nº 104 “limitou em 8 anos o tempo de permanência no posto”. Muitos militares foram exonerados por não obterem promoção de cargo durante o tempo determinado, ou por perderem prazo para habilitarem-se. Alegando arbitrariedade na norma, os militares “reivindicaram isonomia com os perseguidos políticos”, embora o fato de que muitos, na ativa, combateram militantes de esquerda. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 19/06/12)

9- Coluna opinativa destaca a necessidade de busca de documentos do regime militar

Em publicação do jornal *Correio Braziliense*, o colunista Edson Luiz destacou que o Arquivo Nacional reconhecia a existência de 25 locais em que poderiam estar arquivados documentos relacionados com o período do regime militar

(1964-1985), porém estes locais ainda não foram descobertos. O colunista exaltou a necessidade de investigação dos arquivos oficiais do governo federal, assim como dos antigos Departamentos de Ordem Política e Social, delegacias de polícias no interior do país e acervos particulares. Luiz mencionou que o Arquivo Nacional dispõe de 4,8 milhões de páginas que contém informações das Forças Armadas e do Serviço Nacional de Informações (SNI), porém afirma que o número poderia ser maior caso “fossem localizados os acervos perdidos pelo país afora”. Dessa forma, o colunista destacou o papel da Comissão Nacional da Verdade, que, segundo ele, tem pouco progresso quanto à coleta de documentos do regime militar que poderiam estar em acervos escondidos. Luiz ainda afirmou que se deve fazer um apelo a pessoas que tiverem documentos relacionados com o regime militar para entregá-los às comissões, e destacou o trabalho da Comissão da Verdade da Câmara dos Deputados em coletar depoimento de pessoas que participaram do regime militar. (Correio Braziliense – Opinião – 20/06/12)

10- Jornal destaca tortura durante o regime militar

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, durante o período do regime militar (1964-1985) existiram ao menos 234 centros de tortura e detenção no Brasil, principalmente após a criação, em todos os estados brasileiros, do Destacamento de Operações de Informações–Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), além das instalações do Exército e da polícia civil. O *Correio* afirmou que as formas de tortura variavam de centro para centro, porém, os castigos físicos e psicológicos aconteciam de formas semelhantes: celas especiais eram “equipadas com mesas, uma barra de ferro para as sessões de pau de arara, uma pequena engenhoca para choque elétricos, além da cadeira dragão, que tinha a mesma finalidade, e palmatórias”. (Correio Braziliense – 20/06/12)

11- Família de Herzog manifesta indignação diante a postura do Brasil na OEA

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a família do jornalista Vladimir Herzog, que morreu sob tortura em 1975 após comparecer ao Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do estado de São Paulo, criticou o Brasil após este afirmar à Organização dos Estados Americanos (OEA), em sua defesa, que é impossível abrir ação criminal para apurar a morte do jornalista, uma vez que a Lei de Anistia (1979) impede um novo processo. Além disso, o Brasil alegou perante a OEA que o Estado já reconheceu por duas vezes sua responsabilidade pelo fato e que mantém um diálogo com o Instituto Vladimir Herzog, para o qual foi concedido o Prêmio Nacional de Direitos Humanos, em 2011. O filho do jornalista e diretor do instituto, Ivo Herzog, classificou a argumentação brasileira como inaceitável, inclusive as afirmações a respeito do instituto, e pediu uma retratação por parte do Estado. De acordo com a *Folha*, Ivo disse que a análise do caso pela Comissão da Verdade não é suficiente. A diretora do Centro pela Justiça e o Direito Internacional (Cejil), Beatriz Affonso, afirmou que o argumento do Estado brasileiro “não é coerente com o que se faz internamente sobre a dívida histórica”. O Brasil foi denunciado, em março, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA pelo Instituto Vladimir

Herzog e por organizações não governamentais de direitos humanos, para que investigasse o assassinato do jornalista e reconhecesse em novo atestado de óbito que Herzog não se suicidou. (Correio Braziliense – Política - 22/06/12; Folha de S. Paulo – Poder – 22/06/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 22/06/12)

12- Comissão da Verdade colhe testemunho do legista Harry Shibata

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a Comissão da Verdade colheu, sob sigilo, o testemunho do médico legista Harry Shibata, que atuou no Instituto Médico Legal (IML) de São Paulo durante os anos 1970, período do regime militar (1964-1985). Shibata foi convidado a dar informações sobre os laudos e atestados de óbito que assinava para os militares, mascarando assassinatos e torturas que ocorriam nos porões do regime, alegações estas que são negadas por ele. De acordo com o jornal, Shibata foi responsável pelo exame necroscópico realizado no jornalista Vladimir Herzog, no qual atestou suicídio, quando na verdade ele foi morto sob tortura, no Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), do estado de São Paulo. Contudo, o depoimento do médico legista frustrou o colegiado, pois no mês de maio, em entrevista ao jornal “O Globo”, ele havia se comprometido a fazer revelações à Comissão. Em sua defesa, Shibata negou sua responsabilidade nos fatos, afirmando que apenas cumpria ordens e que muitas vezes atuou como segundo perito, sem a responsabilidade de atestar a causa morte. Alguns membros da Comissão alegaram que o sigilo é fundamental para o trabalho, pois muitos agentes só aceitam falar nessas condições. A *Folha* questionou o andamento das apurações após um mês de instalação da Comissão da Verdade e, segundo o coordenador Gilson Dipp, eles estão trabalhando no ritmo adequado e sem formalismos. (Folha de S. Paulo – Poder – 22/06/12)

13- Ex-presidente Lula foi monitorado pelos serviços de inteligência do regime militar por 15 anos consecutivos

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, de acordo com documentos abertos à consulta pública na há poucos dias, a Aeronáutica e o Serviço Nacional de Informações (SNI) vigiaram o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva durante 15 anos consecutivos. Os mais de oito milhões de páginas produzidos pelos serviços de informações, que abrangem desde o regime militar (1964-1985) até os governos de José Sarney e Fernando Collor de Melo (1985-1992), e atualmente estão sob a tutela do Arquivo Nacional, tem 6.129 documento referentes a Lula, produzidos entre 1976 a 1990. O conteúdo dos documentos abrange desde análises sobre as atividades de Lula e do Partido dos Trabalhadores (PT) até relatos de fontes de constrangimentos. Segundo o jornal, nos relatórios é possível perceber o forte interesse que havia por parte dos serviços de inteligência com relação a membros do PT e a colegas sindicalistas de Lula, na região do Grande ABC, no estado de São Paulo. Os papéis trazem registros de reuniões fechadas entre os membros do PT, dos sindicatos, entre outros. A assessoria de Lula preferiu não se pronunciar, por não conhecer os documentos. (Folha de S. Paulo – Poder – 22/06/12)

14- Forças Armadas participam de operações de segurança durante a realização da Rio+20

De acordo com os jornais *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, a Força Aérea Brasileira (FAB) controlou o espaço aéreo do país durante todo o período da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro. Desde o dia 16/06/12 foi proibido o movimento de aeronaves num raio de 4 quilômetros do centro de convenções Riocentro, onde aconteceram as principais reuniões da Rio+20. A medida vigorou até o final da conferência, em 22/06/12, com o intuito de garantir a segurança dos participantes, e intensificou-se a partir do dia 20/06/12, quando chegaram ao Rio de Janeiro diversas autoridades e chefes de Estado. Segundo o *Estado*, a responsabilidade pela segurança no desembarque dos chefes de Estados que chegavam à cidade do Rio de Janeiro para a conferência era dos militares de elite do Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento (EAS), conhecido por “pastores”, os quais foram posicionados na sombra do teto dos edifícios e no alto das torres da Base do Galeão, observando as áreas de riscos por meio das lentes de aproximação dos fuzis de precisão HK/Msg-90. Os fuzis utilizados por eles possuem de 800 a 900 metros de alcance e calibre 7,62mm, e custam US\$ 12 mil cada. Os “pastores” atualmente estão instalados em Campo Grande, capital do estado do Mato Grosso do Sul, pois a partir de sua base pode chegar a qualquer ponto do país ou da fronteira. O esquadrão é composto por militares voluntários que enfrentam uma dura seleção e participam de um curso de dois anos que os habilita para cumprir missões desde busca e salvamento até o regaste em ambiente de combate, além de ações puras de “comando”. (*Correio Braziliense* – 17/06/12; *O Estado de S. Paulo* – Vida – 16/06/12; *O Estado de S. Paulo* – Rio+20 – 22/06/12)

15- Gastos com a operação do Exército nos complexos de favelas do Rio de Janeiro devem chegar a R\$333 milhões

Conforme noticiado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, a intervenção do Exército nos complexos de favelas da Penha e do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro, que já dura 18 meses, custará para os cofres públicos R\$333 milhões. Os últimos mil soldados que permanecem no complexo da Penha devem ser evacuados no dia 30/06/12, sendo instaladas no local quatro Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). O complexo do Alemão, que já conta com quatro UPPs, deve ter o número de unidades dobradas. Com essa medida, o controle das duas favelas cariocas passará exclusivamente ao governo do estado do Rio de Janeiro. Segundo o comandante da missão, general Carlos Sarmiento, a região agora é “um lugar mais tranquilo para se viver, com índices de criminalidade aceitáveis, padrões das melhores regiões do mundo”, estando dessa forma, cumprida a missão do Exército nessa operação. (*O Estado de S. Paulo* – Metrópole – 18/06/12)

16- Reajuste salarial de militares será negociado pelo governo

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, dados publicados no Boletim Estatístico de Pessoal do Ministério do Planejamento comprovam que os gastos com o

pagamento dos militares brasileiros têm diminuído em relação à proporção que o contingente das Forças Armadas representa para os gastos do governo com a folha de pagamento de funcionários, apesar do contingente das Forças Armadas ter aumentado no mesmo período. Segundo o *Correio*, em 2002 as Forças Armadas representavam 26,6% do dispêndio da União com o funcionalismo, já em 2011, esse percentual representava 19,9%, com 9% a mais de militares na lista de pagamentos. Em termos de comparação, os funcionários civis do Poder Executivo, que representavam 52,7% dos gastos com folha de pagamento, passaram para 57,2%, com um aumento de 6% no seu contingente. De acordo com o jornal, os militares, que receberam seu último reajuste salarial em 2008, se mostram descontentes com suas perspectivas salariais, o que não é ocultado pelos dirigentes das Forças Armadas, que inclusive pressionam a presidenta da república, Dilma Rousseff, em eventos públicos. O governo nomeou um grupo de trabalho conjunto dos ministérios da Defesa e do Planejamento para fazer um estudo do caso e elaborar uma proposta de aumento. Contudo, não há definição sobre como esse aumento será dado e a sua porcentagem. (*Correio Braziliense* - 18/06/12)

17- Presidente francês se reúne com Rousseff e fala sobre cooperação em defesa

Conforme publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, o presidente da França, François Hollande, aproveitou sua passagem pelo Brasil durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) para se reunir com a presidenta da República, Dilma Rousseff. A reunião teve como pauta oficial projetos de "sustentabilidade ambiental" mas, segundo o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio Patriota, boa parte do encontro relacionou-se aos assuntos sobre cooperação em defesa e a tentativa de retomar as negociações sobre a venda dos caças modelo Rafale, da empresa francesa Dassault, para o reaparelhamento da Força Aérea Brasileira. Patriota afirmou que a compra dos caças não foi tratada "em detalhes" pelos dois presidentes, mas o encontro serviu para "aprofundar" o diálogo bilateral. (*O Estado de S. Paulo – Nacional – 21/06/12*)

18- Um militar morre durante treinamento da Escola de Sargentos de Logística do Exército e outros dez ficam feridos

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 20/06/12, o militar Vinicius Eugênio, da Escola de Sargentos de Logística do Exército, morreu durante um treinamento de sobrevivência no Campo de Instrução de Camboatá, que se localiza em Teodoro, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Eugênio morreu durante uma explosão que deixou outros dez jovens feridos, sendo três em estado grave. Segundo o comandante da Escola de Sargentos, coronel Abílio Sizino de Lima Filho, o acidente ocorreu no momento em que os militares se preparavam para passar a noite, e como o grupo não portava material explosivo, apenas simulacro, acredita-se que o artefato foi esquecido no local. Um inquérito policial militar será aberto para averiguar as causas do acidente. Em nota, o Exército lamentou o fato. (*Folha de S. Paulo – Cotidiano – 22/06/12; O Estado de S. Paulo – Cidade/Metrópole – 22/06/12*)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra do *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo* não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br.

Em virtude de problemas com o acesso às reportagens do *Correio Braziliense* na íntegra, algumas colunas do jornal não foram citadas nas referências.

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Ana Paula Silva (Supervisora, mestre em História); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduada em Relações Internacionais); João Guilherme Benetti Ramos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ricardo Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais); Sofia Andrade (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Tamires Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).